

EDITORIAL

Temos a satisfação de apresentar ao público o novo número da Revista Contemporânea de Educação (RCE), que conta com a publicação do número temático *Educação das relações étnico-raciais e educação em comunidades remanescentes de quilombos*. Com este número temático, a RCE pretende contribuir para o aprofundamento e a difusão de conhecimento sobre desafios que permanecem na educação brasileira quando tratamos de desigualdades e da diversidade étnico-racial. Tomamos como ponto de partida o reconhecimento dos avanços importantes nesta temática, no Brasil, nas últimas décadas. A partir dos anos 1990, principalmente com a mobilização do movimento negro, passaram a ser incorporadas preocupações com a questão da diversidade étnico-racial na educação. Esse processo se fortaleceu com a sanção da Lei nº 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica brasileira. Desde então, houve importantes avanços na inclusão desta agenda na educação básica através da ampliação da oferta de livros de literatura infantil com tal temática, bem como da promoção crescente de mecanismos de capacitação de professores nesse campo. A efetiva implementação da lei, entretanto, ainda está cercada de inúmeros desafios, principalmente no que diz respeito à sua incorporação como atividade permanente e de caráter interdisciplinar no currículo escolar. Também identificamos desafios referentes à formação inicial e continuada de professores de diferentes campos de conhecimento para que eles possam incorporar a perspectiva da diversidade étnico-racial no seu trabalho cotidiano.

Outra dimensão fundamental da educação das relações étnico-raciais diz respeito à educação contextualizada, que permite que grupos específicos tenham garantido seu direito a uma educação que seja de qualidade e que atenda às demandas específicas de reconhecimento e de respeito às tradições e aos conhecimentos locais. É o caso, por exemplo, das escolas localizadas em comunidades quilombolas e indígenas.

Os desafios apresentados na abordagem da educação das relações étnico-raciais se apresentam em todos os níveis e modalidades educacionais, iniciando na educação infantil, passando pela educação básica e chegando ao ensino superior, à educação de jovens e adultos e ao ensino técnico-profissional. Tais desafios

estão presentes tanto do ponto de vista do conteúdo pedagógico quanto no que diz respeito à composição da escola e às desigualdades de oportunidades educacionais, que se apresentam com forte recorte racial no Brasil.

As desigualdades raciais na educação básica se caracterizam principalmente pela diferença, em termos de qualidade da educação, a que diferentes grupos raciais têm acesso. Quando observamos as desigualdades raciais no ensino superior, observamos que as mesmas se manifestam principalmente pelo acesso desigual e também pelas dificuldades relacionadas à permanência e à conclusão com sucesso desse nível de ensino.

Este número da RCE apresenta artigos que articulam diferentes abordagens sobre a educação das relações étnico-raciais e a educação em comunidades remanescentes de quilombos. Um dos eixos centrais deste volume diz respeito às experiências de implementação da Lei nº 10.639, principalmente no campo de formação de professores voltada para este fim. Outro eixo importante é a apresentação de textos que tratam da presença crescente de estudantes pretos, pardos e indígenas na educação superior e de diferentes desafios presentes neste campo – entre eles, as questões relativas ao acesso e à permanência destes jovens, bem como a questão de como as temáticas das relações étnico-raciais têm sido abordadas na educação superior.

No artigo intitulado “O movimento negro brasileiro e a Lei nº10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação”, Amilcar Araujo Pereira discute o processo de criação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório, no Brasil, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, e reflete sobre os desafios que se impõem ao processo de implementação dessa legislação a partir das perspectivas de lideranças do movimento negro brasileiro e de professores e professoras de história de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, os quais foram entrevistados ao longo dos últimos anos pelo autor. O artigo demonstra que o processo histórico que resultou na criação da referida lei foi bastante longo e complexo, mas teve, indubitavelmente, como protagonista o movimento social negro.

No artigo “A implementação da Lei nº 10.639/2003 no estado de Mato Grosso do Sul e a formação continuada de professores: uma perspectiva emancipatória e decolonial”, a autora Eugenia Portela de Siqueira Marques também tem como foco as mudanças trazidas pela Lei nº 10.639/2003. O artigo discute os resultados finais de uma pesquisa realizada em escolas públicas no Estado do Mato Grosso do Sul e os desafios epistemológicos para a educação das relações étnico-raciais com outros paradigmas, a fim de se pensar a diferença cultural e a desconstrução dos processos coloniais, das relações de poder e dos saberes vigentes nos

currículos escolares. Além disso, destaca-se como uma das principais dificuldades para a efetivação da referida lei e de suas diretrizes a ausência de políticas voltadas para a formação continuada dos professores.

O artigo de José Mauricio Arruti, “Conceitos, normas e números: introdução à educação escolar quilombola”, introduz o leitor na temática da “educação quilombola” por meio da apresentação dos seus conceitos básicos, das políticas públicas relacionada ao tema e, finalmente, fornece uma visão geral dos números oficiais relativos à alfabetização da população quilombola e às escolas situadas em territórios quilombolas. No mesmo eixo, Ana Cristina Juvenal da Cruz e de Tatiane Cosentino Rodrigues, no artigo “Educação em comunidades remanescentes de quilombos: implicações políticas e curriculares”, apresentam uma síntese histórica no campo da educação quilombola, que deriva do reconhecimento oficial, por parte do Estado, das comunidades quilombolas. Analisam o contexto histórico em que tal política é construída nessas comunidades e suas implicações políticas e curriculares.

Temos nesse número um artigo que trata dos aspectos das relações étnico-raciais na educação, focando a análise em níveis e modalidades educacionais específicas. Daniela da Costa Britto Pereira Lima e de Thabyta Lopes Rego, em “Educação das relações étnico-raciais na educação infantil”, objetivam compreender e analisar as repercussões da implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em ações pedagógicas desenvolvidas e registradas em instituições de educação infantil numa rede municipal de educação. O estudo aponta que as instituições têm realizado progressos na promoção da educação das relações étnico-raciais, porém sinaliza a necessidade de formação para que os profissionais possam qualificar ainda mais as ações pedagógicas realizadas.

Dois artigos apresentam diferentes dimensões relacionadas ao acesso e à permanência de estudantes pretos, pardos e indígenas no ensino superior e trazem uma variedade de análises a partir de contextos institucionais específicos, tanto no setor público quanto no privado. Em todos os casos, nota-se a preocupação comum em entender melhor as características dos processos de inclusão no ensino superior nos últimos anos e suas consequências para a vivência de estudantes de grupos discriminados e sub-representados no ambiente acadêmico.

Nesse sentido, a partir de um contexto regional e institucional, Bruna Cruz de Anhaia contribui com o artigo “Cotas raciais em foco: a trajetória dos alunos negros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)”. O texto aborda a

experiência do programa de ação afirmativa na referida universidade, enfocando as cotas raciais para negros, e analisa as estratégias adotadas pela instituição ao implementar uma política com esse recorte. Os resultados apresentados levam em conta as estratégias desenvolvidas por alguns dos estudantes para sua permanência e representatividade na instituição, além de suas perspectivas a respeito dos efeitos da política de cotas dentro e fora da universidade.

Tendo como foco também a experiência da UFRB, Dyane Brito Reis Santos, em seu artigo “Curso de branco: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)”, aborda as questões que envolvem o acesso de jovens de origem popular nos cursos de saúde de tal universidade, dando destaque ao modo como esses estudantes constroem o seu cotidiano e quais são as estratégias utilizadas para lidar com as questões materiais e simbólicas relacionadas à sua permanência na universidade. A autora destaca a importância de se analisar a nova realidade de uma parcela significativa de jovens, antes excluídos da universidade e que, em função das ações afirmativas, passaram a frequentar os cursos da “elite”.

Nesse grupo temos ainda artigos que abordam aspectos específicos da inclusão de estudantes de origem popular, pretos e pardos em instituições privadas de ensino superior através do Programa Universidade para Todos (ProUni). O artigo “Prouni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior”, de Wilson Mesquita de Almeida, examina a função desempenhada pelo ProUni no acesso da população negra ao ensino superior. O texto recupera historicamente o processo de criação do programa, realizando uma análise comparativa entre diferentes períodos de implementação do programa, traçando os avanços obtidos e delineando os desafios envolvidos no ingresso da população negra nessas instituições de ensino superior. No artigo “Projetos de escolarização e ingresso de estudantes negros na universidade em contexto de ações afirmativas”, Andrea Bayerl Mongim analisa itinerários sociais de estudantes beneficiados pelo programa, discutindo o processo de constituição de significados e de práticas que concorreram para a construção e a objetivação do projeto de aquisição do título universitário. A autora demonstra que tal projeto é construído de forma não naturalizada, efetivando-se pela interação com agentes mediadores, posicionados em quadros institucionais que ultrapassam os limites da família nuclear. Também observa que a conclusão do curso superior para esses estudantes representa a possibilidade de exercer uma profissão melhor remunerada e valorizada e de se incluir em um grupo de maior prestígio e status social.

Como é possível observar a partir desta breve apresentação, a variedade de temáticas abordados neste número revela não só a pertinência de uma reflexão específica sobre o tema, como também a profusão de estudos que trazem conhecimentos sobre os avanços e os desafios das políticas voltadas para a educação das relações étnico-raciais, além do tema mais amplo da promoção de igualdade de oportunidades educacionais entre diferentes grupos raciais no Brasil.

Esperamos que a leitura desse material promova oportunidades de diálogos entre pesquisadores neste campo de investigação e também permita a ampliação deste debate para além do campo dos especialistas. Consideramos que a promoção da educação das relações étnico-raciais no Brasil é uma tarefa de todos os educadores, e esperamos que a RCE contribua para promover e ampliar este debate.

Boa leitura!

Rosana Heringer

